

Antecipando-se às decisões da Assembleia Nacional Constituinte, o presidente José Sarney defendeu ontem a manutenção do papel constitucional das Forças Armadas, "na defesa da ordem interna, defesa das instituições democráticas e preparo profissional".

Ao dar essas declarações, à saída do Estado Maior das Forças Armadas, onde despachou, durante três horas, o presidente Sarney fez questão de ressaltar que "estas são destinações que constitucionalmente estão afetas às Forças Armadas". Deixou, contudo, de referir-se à defesa externa, papel que tradicionalmente cabe aos militares dos países desenvolvidos.

O polêmico debate em torno do papel constitucional das Forças Armadas, segundo uma fonte, parece ter sido um dos temas analisados durante o encontro de ontem no EMFA, cujo ministro-chefe, general Paulo Campos Paiva, assumiu o cargo há pouco mais de um mês, substituindo um almirante de esquadra.

A alusão à questão da defesa ou segurança interna — motivo permanente de preocupação dos ministros militares, principalmente depois que foi retirada do anteprojeto da Comissão Afonso Arinos — foi feita pelo presidente Sarney sem que os jornalistas a ela de referissem. Indagado

sobre o resultado do encontro no EMFA, o presidente Sarney respondeu: "Estou voltando aqui pela segunda vez e esta é uma oportunidade de verificar o trabalho que vem sendo desenvolvido de uma maneira silenciosa, mas com muita eficácia, em favor do País, justamente no terreno que compete às Forças Armadas: defesa das instituições democráticas, preparo profissional e defesa da ordem interna".

A luta de Ulysses

Já a intenção do presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, de adiar as eleições para as Mesas da Câmara e do Senado, de forma a permitir que a Assembleia Nacional Constituinte decida sobre a melhor forma de não permitir o funcionamento simultâneo da Câmara, do Senado, do Congresso e da própria Constituinte, começa a sofrer forte oposição. "Entre desestabilizar o Senado e desestabilizar o doutor Ulysses, lamento muito, prefiro desestabilizar o doutor Ulysses", disse o líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos (MG), ao anunciar que não concorda com o adiamento pretendido por Ulysses.

A proposta de Ulysses, já aprovada pela Mesa da Câmara, mas ainda não examinada pelo plenário, prevê o adiamento da eleição da Mesa de 2 para 26 de fevereiro, devendo

CONSTITUINTE

Sarney defende a atuação das Forças Armadas na ordem interna

o Senado adotar idêntica providência. Na verdade, com o adiamento, Ulysses estaria fazendo uma tentativa final de ver aprovada emenda constitucional de sua autoria que prevê o funcionamento de uma "comissão legislativa", que funcionaria paralelamente à Constituinte e cuidaria apenas da legislação ordinária, evitando o funcionamento simultâneo de quatro órgãos legislativos. Com o adiamento, caberia à própria Constituinte decidir sobre essa emenda de Ulysses.

"Como concordar com o adiamento se tenho recebido telefonemas de senadores de vários Estados manifestando pretensão

de integrar a nova Mesa?", indagou Alfredo Campos. Até agora, anunciaram sua disposição de disputar a presidência do Senado Nelson Carneiro (RJ), Humberto Lucena (PB) e Luiz Viana (BA), enquanto a presidência da Câmara está sendo pretendida por Fernando Lyra (PE) e Carlos Santana (BA).

De qualquer forma, Ulysses lançou ontem o assunto à discussão política. E ele argumenta que o funcionamento simultâneo da Câmara, Senado, Congresso e Constituinte provocaria grande confusão, isso porque, além da falta de espaço material, há complicadores como a administração do trabalho dos funcionários, a hierarquia, bem como a limitação da esfera de competência de cada um dos órgãos legislativos.

Curta Duração

Para o ex-relator da emenda da convocação da Constituinte no Congresso, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), do jeito que está sendo elaborada, a nova Carta terá curta duração. "A Constituinte já nasceu contestada, continua contestada e será sempre contestada." Por esse motivo, ele defende um referendo popular para as decisões adotadas pela futura Constituinte, como forma de sanar sua falta de representatividade.

Lembrou, por exemplo, o caso do Para-

na, onde o número de votos em branco e nulos já atinge 2,5 milhões, enquanto o ex-governador José Richa elegeu-se senador com cerca de 1,9 milhão de votos, "situação que se repete em todo o País".

Em Belo Horizonte, o virtual senador eleito pelo PMDB, Ronan Tito, mostrou-se preocupado com as previsões de "mexicanização" do País, ou seja, o domínio de um único partido: "Ninguém vai votar mais num só partido, ou seja, o PMDB. A mexicanização não vai vingar no Brasil", afirmou, acrescentando que a reformulação partidária acontecerá normalmente durante a elaboração da nova Constituição. Para ele, os partidos não irão influir nos constituintes, que se dividirão mais pelas teses e idéias nos debates sobre a nova Carta. Ele defendeu também a criação de grupos ideológicos agindo na Constituinte, para livrar o País do entulho autoritário.

Já o futuro constituinte Leite Chaves (PMDB-PR), que ocupará a vaga aberta no Senado com a eleição de Alvaro Dias, governador do Paraná, anunciou que pretende disputar a liderança do PMDB naquela Casa. Ele admite que já há outras candidaturas, como a do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), mas acredita que Cardoso não deverá concorrer pois preferiria pleitear a função de relator da comissão geral da Constituinte.

Mais de dez deputados reagiram ontem, indignados, no plenário da Câmara, contra um projeto de autoria da Comissão de Finanças da Casa, aumentando em mais de 100% a remuneração dos futuros congressistas. Mas a proposição, que só não foi votada por falta de número, parece merecer a aprovação da maioria que permaneceu em silêncio.

A proposição, que apareceu inesperadamente em primeiro lugar na pauta de votação em meio a outros 18 projetos de lei para os quais, na véspera, as lideranças partidárias haviam concedido "urgência", surpreendeu até alguns líderes, como Haroldo Lima, do PC do B. A mesa valeu-se de um dispositivo regimental que permite colocar diretamente em votação matéria dessa natureza, sem que o plenário tenha que aprovar, previamente, um requerimento de "urgência".

De acordo com a Constituição, ao término de uma legislatura (período equivalente ao mandato parlamentar de quatro anos), o Congresso Nacional deve fixar os subsídios para a legislatura seguinte, no caso os deputados e senadores agora eleitos, e que tomarão posse no dia 1º de fevereiro do próximo ano. Uma vez fixados esses valores, eles são depois reajustados, a cada ano, nas mesmas bases em que o são os vencimentos do funcionalismo público federal. Os atuais deputados e senadores estão, portanto, com seus subsídios reajustados desde janeiro de 1986.

Ao justificar a proposição, a Comissão de Finanças referiu-se ao congelamento dos salários, estabelecido pelo Plano Cruzado, dizendo que ele alcançou também o subsídio e a ajuda de custo dos congressistas. Depois acrescentou: "Os valores aqui propostos, desta forma, para serem coerentes com o espírito da reforma econômica, correspondem àqueles efetivamente percebidos pelos senhores deputados e senadores após a aplicação das normas do Decreto-lei nº 2.284/86. Apenas nos permitimos um pequeno arredondamento dos valores encontrados".

Concretamente, a Comissão de Finanças propôs que a parte fixa dos subsídios, hoje de Cz\$ 5.064,44, seja "arredondada" para Cz\$ 12.000,00; a variável, que são as "diárias" ou "jetons", de Cz\$ 210,00 para Cz\$ 500,00, e a ajuda de custo, paga em duas parcelas anuais, uma no início, outra no final de cada sessão legislativa, hoje de Cz\$ 11.300,00, para Cz\$ 20.000,00.

Além da parte fixa, cada congressista faz jus a 30 "diárias" por mês e mais uma para cada sessão extraordinária da Câmara (limitadas a oito por mês) e do Congresso Nacional (são 30 ou 40 por mês) a que comparecer. Os deputados recebem ainda uma ajuda a título de "encargos gerais de gabinete", hoje no valor de Cz\$ 5.557,96, e mais "auxílio-transporte", de Cz\$ 15.716,24 mensais, cujos valores são fixados pela mesa da Casa. E ainda têm direito a quatro passagens aéreas por mês para seus Estados, uma delas via Rio de Janeiro (ainda que seja para Goiânia).

Com base em alguns contracheques mostrados à imprensa, em maio deste ano, pelo deputado Jorge Carone (PMDB-MG), verifica-se que um deputado relativamente assíduo como ele ganha em média, em bruto, 40 mil cruzados por mês e, líquido, em torno de 38 mil. São descontados apenas a taxa do Instituto de Previdência dos Congressistas (cerca de 2 mil) e o Imposto de

ANC 88

Pasta Novembro/86

117

Renda, que é de cerca de Cz\$ 60, porque incide somente sobre a parte fixa da remuneração. Até fevereiro eram descontados também Cz\$ 18 de "taxa de ocupação" pelo apartamento que a Câmara cede aos deputados. Mas, ao menos no contracheque de Jorge Carone, essa taxa desapareceu a partir de março.

O projeto só não chegou a ser colocado em votação porque, pouco antes, pondo em prática a obstrução que anunciara na véspera, o líder do PDS, Amaral Neto (RJ), exigiu votação nominal para um requerimento de "urgência" proposto pelo líder do governo, Pimenta da Veiga (PMDB-MG), para várias proposições do Poder Executivo. Feita a chamada, registrou-se a presença de apenas 182 deputados, embora se anunciasse, na Casa, a presença de 274. E o número mínimo para deliberações é de 240. Todas as votações ficaram, pois, adiadas para hoje, inclusive a do projeto dos subsídios.

Sua discussão foi, no entanto, encerrada. Vários deputados, reeleitos ou não, se sucederam na tribuna ou nos microfones de partes para condenar o projeto. Hermes Zaneti (PMDB-RS) propôs que a matéria voltasse à Comissão de Finanças para que os subsídios fossem fixados nos valores atuais, deixando-se depois para a Constituinte resolver em definitivo a questão. Outros o apoiaram, inclusive Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que disse não ter condições morais de justificar o aumento junto a seus eleitores. Vários outros advertiram para o fato de que o Congresso corria o risco de "desmoralizar-se ainda mais, pois esse aumento, nessa hora, é um acinte ao povo brasileiro". Um só deputado, José Machado (PFL-MG), que não se candidatou à reeleição, embora sem defender o projeto, falou, emocionado, da necessidade de os parlamentares terem remuneração condigna, pois são os únicos que gastam muito dinheiro para poder disputar periodicamente o mandato. As lideranças silenciaram. E ninguém formalizou qualquer proposta, com o que a proposição teve sua discussão encerrada. Agora não mais pode ser alterada. Tem que ser aprovada ou rejeitada.

Para o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, que falou ontem sobre o projeto, o aumento dos parlamentares é assunto pendente de deliberação e vem sendo objeto de negociação entre os líderes mas não se esquivou de emitir opinião sobre a questão: "Minha missão de presidente é a de coordenar e defender aquilo que a instituição decidir. Mas a Constituição determina o aumento", disse.

Já o líder do governo e do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, defendeu o aumento sob a justificativa de que, além de ser impositivo constitucional, os deputados não mais poderão fixar seus novos subsídios se não o fizerem agora, no final desta legislatura. Ele também afirmou que buscará entendimentos e, logo que for possível, o assunto irá ao plenário para deliberação.

Contudo, apesar do que pensa o líder do governo, devido às reações contrárias à matéria, a liderança do governo na Câmara deverá sustar a votação do projeto. O assunto ficaria para ser solucionado na Assembleia Constituinte, a partir de 1º de fevereiro, no próximo ano.

Se cancelada a votação do projeto na Câmara, também este deixará de ser apreciado pelo Senado.